

Aproximações da Realidade da Educação Teológica Batista no Brasil em Nível Superior

Madalena de Oliveira Molochenco¹

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é descrever parte da realidade em que se apresentam os cursos de graduação em Teologia no Brasil, mais especificamente nas instituições de denominação batista. A Educação Teológica em nível superior merece atenção nos dias de hoje, não somente por serem mais de 100 cursos oficializados no Brasil a partir do Parecer CES 241/99² desde 1999, mas também porque esse fenômeno traz significativas mudanças no perfil de gestão das instituições bem como no perfil dos atores a elas vinculados: direção, coordenação, professores, funcionários e alunos. A palavra 'mudança' pode ser mencionada como um forte tema do atual século. Para o homem chamado de Pós-moderno, acompanhar as mudanças constantes na sociedade torna-se ferramenta de sobrevivência, pois o mundo se configura e se transfigura em novas formas de concepção. As mudanças afetam a vida pessoal e profissional como também a educação, as práticas educativas e, no caso em questão, a Educação Teológica. Gatti afirma que em meio a períodos de constantes mudanças, incertezas e desestruturações, a pesquisa em educação se apresenta com "desafios consideráveis para a compreensão das tessituras das relações no ensinar e no aprender, na heterogeneidade contextual em que essas tessituras se fazem" (GATTI, 2005, p. 606).

Algumas dessas mudanças referem-se às exigências legais na área administrativa, exigências quanto ao acervo e guarda de obras na biblioteca, de organização de documentação nas secretarias acadêmicas, refletindo adaptações políticas e organizativas com a elaboração do Projeto

¹ Doutora em Educação e Coordenadora acadêmica da Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

² O Parecer CES 241/99 delibera sobre a oficialização dos cursos de Teologia.

Pedagógico institucional, Projeto de curso e Projeto de desenvolvimento institucional. Preencher as exigências dos formulários de Avaliação Institucional, colocadas pelos órgãos reguladores do Ensino superior no Brasil, implicaram numa série de adaptações às instituições que desejassem ingressar no Sistema Federal de ensino³.

Assim sendo, pesquisas sobre instituições de Teologia no Brasil apresentam-se como uma forma de contribuir para a ampliação de um campo de estudos bem pouco investigado.

Para efetivar um recorte nessa pesquisa, a partir desse ponto estarei me referindo à realidade de instituições batistas que têm buscado ao longo dos últimos 15 anos a oficialização dos cursos de graduação em Teologia no Brasil. Trago à discussão alguns temas: aproximações históricas, mudanças no corpo docente e mudanças aos coordenadores de curso.

1. Aproximações históricas

A Educação teológica batista no Brasil inicia no ano de 1897, na cidade de Recife, no norte do Brasil, onde se organizou a “classe teológica” por iniciativa de Z.C. Taylor, que se transformou, em 1902, no ‘Seminário Teológico Batista do norte do Brasil – STBNB’. Dois anos mais tarde, em 1899, na cidade do Rio de Janeiro, J.J. Taylor tinha o “trabalho de instruir ministros brasileiros em Teologia” (O Jornal Baptista, 14/11/1907, p. 3 *Trabalho Theologico e o Seminário*”, in REGA, p. 51) e tal iniciativa deu origem a um novo seminário que a partir de 1907 passou a se chamar ‘Seminário Teológico Batista do sul do Brasil – STBSB’. Tais seminários foram criados em formato de escolas livres, e o foco estava centrado na formação de ministros para as Igrejas Batistas. Havia por detrás dessas iniciativas uma agência missionária chamada de Junta de *Richmond* que enviava missionários americanos ao Brasil a fim de lecionar nas instituições e formar ministros. Diversos outros seminários surgiram após esses em regiões do Brasil, como: o ‘Seminário Teológico Batista Equatorial’, em 1955, em Belém (REGA, 2001). Estes seminários estão vinculados desde a

³As instituições que ainda não se adaptaram, ou que, por opção, não desejam adaptar-se, não poderão mais oferecer ‘cursos superiores de Teologia’ em formato livre, tendo em vista a legislação, e, estão fadadas a terem de encerrar suas ofertas, ou, agir na ilegalidade.

sua fundação e, até os dias de hoje, à Convenção das igrejas Batistas do Brasil. Com o passar dos anos mais seminários foram sendo fundados vinculados às Convenções das igrejas batistas estaduais. Estas, por sua vez, estão sob o comando da Convenção Batista Brasileira. Foi assim que ocorreu com o estado de São Paulo, que no ano de 1957 fundou a Faculdade Teológica do Colégio Batista Brasileiro, que mais tarde passou a se chamar Faculdade Teológica Batista de São Paulo. O diretor e o deão de alunos, que por essa época desempenhava a função de coordenador de curso, eram eleitos em reuniões formais pelas juntas mantenedoras de cada instituição e as atribuições de cada um assemelham-se e apresentam diferenças conforme determinam os documentos de Regimento Interno e dos Estatutos, próprios a cada instituição⁴.

2. Mudanças no corpo docente

Em 1999 o Parecer 241, que outorga a oficialização dos cursos de Teologia, trouxe ao cenário da Educação Teológica uma nova perspectiva, a da oficialização dos cursos considerados até então como cursos livres. Este parecer disparou mudanças significativas nas instituições, principalmente no que diz respeito ao corpo docente.

O Parecer 241 apresenta que não seriam determinadas para estes cursos, “diretrizes curriculares para uniformizarem o ensino nesta área de conhecimento”. Sendo assim, os cursos de teologia organizaram sua composição curricular de maneira livre, “a critério de cada instituição e conforme o credo religioso”. Desta forma, os cursos deveriam obedecer “exclusivamente os requisitos formais relativos ao número de aulas-hora ministradas, a qualificação do corpo docente e a condições de infra-estrutura oferecidas”(PARECER 241/99). Neste mesmo Parecer, no quesito ‘qualificação do corpo docente’ está definida a exigência de formação pós graduada para o reconhecimento de cursos.

As instituições superiores de Teologia se viram diante de um desafio que só poderia ser superado no decorrer dos anos, pois a formação de mestres e

⁴ Mais detalhes históricos podem ser encontrados em MOLOCHENCO, Madalena de Oliveira. A Faculdade Teológica Batista de São Paulo: História e problematização. Tese de doutorado defendida na Universidade Nove de Julho em 2013.

doutores não se dá rapidamente, sendo necessários de dois a quatro anos de estudos e investimentos. Uma agravante ligada a esta situação é que, no Brasil, não havia lastro histórico de cursos superiores oficializados em Teologia, bem como de cursos *stricto sensu*. Sendo assim, sem oferta de *stricto sensu* em território nacional, a formação de professores se deparou com um impasse: como formar professores habilitados para exercerem funções docentes conforme exigências? Uma das áreas buscadas num primeiro momento foram os cursos de Ciências da Religião. Muitos professores conseguiram alcançar graus de mestre e doutor nesse curso, que foi aceito pelas comissões de avaliação do MEC como válidas para esse momento histórico.

No decorrer do tempo foram trazidas a público outras normatizações. O Parecer CNE/CES 63/04 cria a “figura da integralização de créditos por meio de uma instituição credenciada com curso de bacharelado em Teologia reconhecido, para egressos de cursos livres superiores de Teologia” (REGA, 2011, p. 250). Esse documento de integralização passou a oferecer a oportunidade aos egressos de teologia obter o reconhecimento de seus cursos. Isso veio resolver um grave problema que parecia não ter solução, qual seja, o de oferecer uma oportunidade para tantos pastores, ministros, padres, enfim, pessoas que passaram algum tempo se preparando em cursos livres de Teologia a desfrutarem de algum reconhecimento por seus bacharelados cursados. Mais tarde, vieram os Pareceres CNE/CES 118/09 e CNE/CES 51/10, já discutidos em capítulo anterior, que trazem os primeiros ensaios sobre a questão das diretrizes curriculares. No final de julho deste ano foi publicada no DOU a súmula do Parecer CNE/CES 60/2014 das DCNs de Teologia. O texto integral ainda não foi publicado no portal do CNE e aguarda o período de 30 dias para contestação. Tais diretrizes trarão certamente mais mudanças ao perfil dos Projetos Pedagógicos com novas alterações.

Não se encontram em abundância obras sobre a formação professores de instituições de ensino superior. Muito menos se tem escrito sobre a formação do professor de Teologia. Conforme o Parecer CES 241/99, as instituições de Ensino Teológico são de longa data e afirma que uma das razões da não profissionalização da função de teólogo é a própria autonomia religiosa. Tal autonomia fez com que os cursos de Teologia não

sedesenvolvessem no âmbito das Universidades como na Europa, mas se restringissem ao âmbito dos seminários. Dessa maneira, fechados dentro de seus muros, passaram a ser também 'guardados' como tesouros de grande valor e riqueza, e não foram 'compartilhados' pelos segmentos sociais. Nesses tesouros guardados se encontram os conteúdos, as produções e os docentes. O professor de Teologia hoje, no Brasil, assume uma nova posição. Ainda que não haja um aceite, um entendimento, sobre a profissão de teólogo, as instituições estão aí, não oficializadas até o ano de 1999 e, agora oficializadas, oferecendo cursos de bacharelado. Isso pode parecer estranho, ter uma formação bacharelada para uma profissão ainda 'não existente'. Entretanto, o espaço e o trabalho do teólogo, em ministérios eclesiais, em instituições de ensino, em organizações assistenciais, se faz presente. Os cursos são reais, fazem parte da realidade, e precisam hoje, mais do que nunca, de docentes habilitados. Assim se pronuncia Perobelli (2008, p. 56): "O olhar sobre a formação do professor de Teologia precisa estar focado no quadro geral da formação docente, mesmo que esse professor não percorra os caminhos de profissionalização...". A afirmativa de Perobelli chama atenção para a questão da formação do egresso em teologia, abre portas às discussões sobre a profissionalização do teólogo e nos instiga a compreender os 'saberes docentes' estão envolvidos nas práticas desses professores.

3. Mudanças aos coordenadores de curso

Falar sobre a Educação superior no Brasil é um desafio e apresenta como prerrogativas para sua expansão três pontos centrais: Ensino, pesquisa e extensão.

A área pedagógica que se expressa na atuação do coordenador de curso traz um grande leque de atividades a serem desenvolvidas. Ao coordenador de cursos superiores são atribuídas muitas funções que, por vezes, se vê obrigado a desempenhar papéis que representam não somente o conhecimento da área mas também conhecimentos de educação como um todo e de gestão. Tal amplitude de considerações leva o coordenador a ações em praticamente todos os três pontos centrais: ensino, que implica o trabalho com organizações de ementas, conteúdos contidos nos Projetos pedagógicos e

organização de horários, formação contínua junto ao corpo docente, entre outras; pesquisa, que implica em estimular os docentes não somente às investigações, pesquisas e autoria em artigos, capítulos de livros, mas a organização de programas de iniciação científica junto a alunos; extensão, que compreende a organização e execução de encontros e cursos extensionistas.

Ainda que bem recentes no Brasil, os cursos de bacharelado em Teologia apresentam as mesmas características de outros cursos de graduação. A figura de um coordenador nesses cursos também é recente pois como dito, a prática dessa função, até então, era desenvolvida pelo chamado “Deão de alunos” que se encarregava de todas as questões pedagógicas da instituição relacionadas aos alunos e aos docentes.

É considerado hoje como um impulsionador dos cursos de graduação no Brasil o

Planejamento estratégico para a gestão das mantenedoras; o Plano de desenvolvimento institucional para a gestão de Instituições de ensino; o sistema Nacional de avaliação do Ensino Superior (SINAES) [...]; o aprimoramento de projetos pedagógicos de diversos cursos, concebidos por meio de diretrizes nacionais [...]; o desenvolvimento de avaliação das IES; e a consolidação do ENADE (MURIEL, *Liderança na gestão com docentes*. in www.cartaconsulta.com.br, acesso em 5/5/2014).

Ao coordenador de curso cabe o acompanhamento dos processos acadêmicos listados acima. Com exceção do ENADE e das atividades de planejamento da mantenedora, os cursos de Teologia observam a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação teológica batista no Brasil tem sido narrada por alguns pesquisadores. Entretanto, pesquisas com um foco mais voltado para a atuação pedagógica que implica em ações do coordenador de curso que envolve atividades junto aos docentes e alunos, a elaboração de documentos que fundamentem suas ações como o Projeto pedagógico de curso, se apresentam em menor medida. Percebo grandes mudanças nas instituições nos últimos 12 anos e creio que é mais do que tempo para aprofundar pesquisas nessa área. O Parecer 241/99 impulsionou as instituições a abrir caminhos ainda não trilhados por seus fundadores, a ampliar a visão sobre a formação docente, a trazer novos campos de atuação aos coordenadores de

cursoe, principalmente, compreender a atuar no tripé do ensino superior no Brasil: ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho. O coordenador pedagógico ante o desafio de articular e mobilizar a equipe escolar para tecer o projeto pedagógico. in *O coordenador pedagógico e a educação continuada*. São Paulo: Loyola, 2003.

GATTI, Bernardete A. *Pesquisa, educação e Pós-modernidade: confronto e dilemas*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, nº 126, vol 35, set/dez. 2005. p. 595-608.

MURIEL, Willie. GIROLETTI, Domingos. *Os desafios da educação em tempos de crise*. in www.cartaconsulta.com.br. acesso em 5/5/2014.

MURIEL, Willie. Liderança na gestão com docentes. in www.cartaconsulta.com.br. acesso em 5/5/2014.

PEROBELLI, Raquel de Moraes Borges. *Os saberes docentes dos professores de Teologia das Instituições de Teologia da Igreja Evangélica de confissão Luterana*. Dissertação de Mestrado, PUCPr, 2008.

REGA, Lourenço Stelio. *A Educação Teológica Batista no Brasil: uma análise de seu ideário na gênese e a sua transformação no período de 1972 a 1984*. Dissertação de mestrado. PUCSP, 2001.

REGA, Lourenço Stelio. Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Teologia: história e alguns critérios. In OLIVEIRA, Pedro A. *Religião e educação*, MORI, Geraldo de (orgs) São Paulo : Paulinas ; Belo Horizonte : Soter, 2011.